

# LICENÇA DE OPERAÇÃO

**LO Nº IN049551**

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

**EBMA EMPRESA BRASILEIRA DE MEIO AMBIENTE S/A**

**CPF/CNPJ:** 01.369.424/0004-33

**Código INEA:** UN020886/35.51.50

**Endereço:** RODOVIA RJ-130, KM 63 - - CÓRREGO DANTAS - NOVA FRIBURGO - RJ

para operar aterro sanitário do Centro de Disposição de Resíduos - CDR, para recebimento de resíduos de origem domiciliar e comercial, de serviços de capina, varrição, poda, raspagem e aqueles oriundos de limpeza pública de logradouros, lamas de fossas e de limpeza de bueiros e resíduos de serviços de saúde previamente tratados; operar estação de tratamento de chorume por sistema móvel de osmose reversa em duas etapas de purificação, com capacidade para tratamento de 30 m3/dia de chorume bruto-x-x-x-x-x-x-

**no seguinte local:**

RODOVIA RJ-130, KM 63 - - CÓRREGO DANTAS - NOVA FRIBURGO

## **Condições de Validade Gerais**

1-Esta licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor - CONDIR, em sua 479ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 8.5.19, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica por força do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual n. 41.628, de 12.1.09, alterado pelo Decreto Estadual n. 46.619, de 2.4.19;

2-Esta licença não exime o empreendedor da obtenção das demais licenças e autorizações legalmente exigíveis;

3-Esta licença não poderá ser alterado e nem ser plastificado, sob pena de perder a validade;

4-Requerer a prorrogação ou renovação desta licença dentro dos prazos determinados no Decreto Estadual n. 44.820, de 2.6.14, alterado pelo Decreto Estadual n. 45.482, de 4.12.15;

Esta Licença é válida até 14/7/2025, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/509494/2010 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2019

---

CLAUDIO BARCELOS DUTRA  
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

## LICENÇA DE OPERAÇÃO

**LO Nº IN049551**

5-Cumprir a DZ-056 R-3 - Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA n. 021, de 7.5.10;

6-Cumprir à norma NOP INEA-35 - Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA n. 79, de 7.3.18 (que revoga a DZ-1310 R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos);

7-Cumprir à norma ABNT NBR-13896 - Aterros de Resíduos Não-Perigosos - Critérios para Projetos, Implantação e Operação;

8-Cumprir a DZ-215 R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA n. 4.886, de 25.9.07 (DOERJ de 5.10.07 e republicada no DOERJ de 8.11.07);

9-Cumprir a DZ-942 R-7 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA n. 1.995, de 10.10.90 e publicada no DOERJ de 14.1.91;

10-Cumprir à Resolução CONAMA n. 430, de 13.3.11 (DOU de 16.5.11) que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, inclusive chorume (Art. 16), que complementa e altera à Resolução CONAMA n. 357, de 17.3.05;

11-Cumprir a NT-202 R-10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA n. 1.007, de 4.12.86 (DOERJ de 12.12.86), incluindo os demais padrões de lançamento de efluente oriundo de aterro sanitário (chorume) que não foram previstos no art. 16 da Resolução CONAMA n. 430;

12-Cumprir à Resolução INEA/PRES n. 64, de 12.12.12, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no estado do Rio de Janeiro;

13-Cumprir à Resolução INEA/PRES n. 65, de 14.12.12, que dispõe sobre a apresentação de plano de mitigação de emissões de gases de efeito estufa para fins de licenciamento ambiental no estado do Rio de Janeiro;

14-Cumprir à Resolução CONAMA n. 001/90, de 8.3.90 (DOU de 2.4.90), que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;

15-Cumprir a Lei n. 12.651, de 25.5.12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências;

16-Cumprir à Resolução CONAMA n. 358, de 29.4.05 (DOU de 4.5.05) que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;

17-Operar o sistema de tratamento de resíduos sólidos de serviços de saúde por autoclavagem

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

# LICENÇA DE OPERAÇÃO

**LO Nº IN049551**

de acordo com o manual de operações apresentado ao INEA, devendo ser respeitado o número máximo de ciclos diários, a duração mínima para cada ciclo, a capacidade operacional por ciclo, a pressão ótima e a temperatura ótima de trabalho, mantendo à disposição da fiscalização todos os registros operacionais;

18-Utilizar indicador biológico em todos os ciclos operacionais do sistema de tratamento térmico de resíduos sólidos de serviços de saúde por autoclavagem, mantendo à disposição da fiscalização todos os registros operacionais;

19-Apresentar semestralmente relatório de monitoramento geotécnico do maciço sanitário considerando leituras piezométricas mensais nos períodos de secas e semanais nos períodos de chuva;

20-Apresentar trimestralmente o registro operacional do aterro, informando, no mínimo: datas de recebimento, tipos e quantidades de resíduos recebidos e empresas geradoras e transportadoras;

21-O funcionamento satisfatório da obra e sua estabilidade estrutural são de responsabilidade exclusiva do engenheiro responsável pelo projeto, bem como das empresas participantes do projeto e das obras;

22-A frente de lançamento (operacional) deve ser no menor espaço possível, cobrindo diariamente os resíduos;

23-Adotar medidas de controle para evitar processos erosivos e seus danos nas vias de circulação externa e interna ao aterro e os sistemas de escoamento de águas pluviais;

24-Não interromper o controle tecnológico, incluindo o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, a coleta e tratamento adequado do percolato, o isolamento da área do aterro, o controle do sistema de impermeabilização, e a drenagem das águas pluviais, bem como a inspeção dos citados sistemas;

25-Apresentar relatório mensal de análises do chorume bruto e do efluente tratado da estação de tratamento de chorume;

26-Reutilizar o efluente tratado pela estação de tratamento de chorume apenas nas áreas do aterro;

27-Monitorar com frequência semestral as águas subterrâneas e superficiais (córregos d'Antas, da Lixeira e da Nascente) a montante e a jusante do empreendimento, executando as análises físico-químicas e biológicas aprovadas;

28-As análises laboratoriais deverão ser realizadas por instituições credenciadas pelo INEA, somente sendo aceitos dados primários com os respectivos boletins de análise assinados pelo técnico responsável;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

## LICENÇA DE OPERAÇÃO

**LO Nº IN049551**

- 29-É proibido captar água em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos sem a obtenção de outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida pelo INEA;
- 30-É proibido lançar efluentes em corpo hídrico sem a obtenção de outorga de direito de uso de recursos hídricos concedida pelo INEA;
- 31-Atualizar o Plano de Ação para Emergências, encaminhando ao INEA cópias em papel e em meio digital sempre que houver mudança significativa no plano, principalmente na coordenação da equipe de emergência e nos telefones e e-mails de contatos;
- 32-Adotar medidas de controle no sentido de evitar a emissão de material particulado para a atmosfera e de reduzir o nível de ruídos provenientes das obras e do fluxo de veículos;
- 33-Garantir o encaminhamento dos gases gerados para queima em *flare* ou para reaproveitamento energético;
- 34-O responsável técnico pela operação do sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos deve ser registrado no Conselho Profissional de Classe e comprovadamente qualificado para desempenhar esta atividade;
- 35-Limpar periodicamente a fossa séptica utilizando os serviços de empresas licenciadas pelo órgão ambiental para tal atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 36-Apresentar semestralmente relatório das atividades desenvolvidas relativas ao projeto de educação ambiental;
- 37-Apresentar anualmente a declaração e o relatório com as evidências do cumprimento das condições de validade desta licença assinados pelo representante legal;
- 38-Cumprir os programas/projetos implantados até o encerramento das atividades do aterro;
- 39-É proibido receber resíduos provenientes de outros estados sem anuência prévia do órgão ambiental estadual;
- 40-Comunicar imediatamente à Gerência de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones: (21) 2334-7910, 2334-7911 e 98596-8770 qualquer acidente ambiental;
- 41-É proibido a queima ao ar livre nos termos da Lei Estadual n. 4.191, de 30.9.03;
- 42-É proibido suprimir vegetação antes da obtenção da Autorização Ambiental para Supressão de Vegetação Nativa, a ser requerida ao INEA;
- 43-Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos), principalmente do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika, febre amarela e chikungunya;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

## LICENÇA DE OPERAÇÃO

**LO Nº IN049551**

44-Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;

45-Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração na atividade;

46-O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.-X-X-X-X-X-X-

CÓPIA

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.